

AS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS DE FERNÃO DE OLIVEIRA

José Lemos Monteiro
UFC - UECE - UNIFOR

Resumo

Pretende-se neste estudo destacar a importância da descrição gramatical realizada por Fernão de Oliveira, analisando-se os aspectos principais de sua proposta alfabética, de sua percepção da estrutura fonológica do português quinhentista e da forma como tratou os processos de formação de palavras. A análise ressalta o caráter surpreendentemente inovador das idéias lingüísticas de Fernão de Oliveira, surgidas numa época em que se nutria um respeito quase servil pela doutrina clássica greco-romana.

Abstract

The aim of this study is to show the importance of Fernão de Oliveira's grammatical description. It analyses the main aspects of Fernão de Oliveira's orthographic doctrine, his perception of the phonemic structure of 16th century Portuguese language, and the way he treated the processes of word formation. This analysis shows Fernão de Oliveira's surprisingly creative linguistic ideas that appeared at a time when grammarians paid a lot of respect to the classic tradition.

1. Introdução

...milhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma (Oliveira, 1536:21)

Vários são os aspectos pelos quais a leitura da obra dos gramáticos portugueses do século XVI se torna ainda hoje útil e interessante.

Em primeiro lugar, possibilita uma série de comparações quanto à evolução das idéias gramaticais, ocasionando freqüentemente surpresas quando, por exemplo, se percebe que muitas das intuições ou descobertas dos lingüistas modernos já foram pressentidas ou até bem elucidadas pelos renascentistas.

Em segundo lugar, uma análise do vocabulário e da sintaxe da época permite detectar pontos de semelhança com certas características conservadoras do português do Brasil. Trabalhos como os de Révah (1958a, 1958b e 1959), Teyssier (1966), Hart Jr. (1955 e 1959) e Monteiro (1989), entre outros, já se beneficiaram bastante do testemunho desses gramáticos e apresentaram interpretações consistentes para o que existe de verdade na afirmativa de que o português do Brasil revela traços arcaizantes¹ face ao de Portugal. Uma análise do vocabulário e da sintaxe fornece igualmente informações valiosas para a história da língua portuguesa, documentando fatos que nem sequer parecem ter deixado vestígios².

Finalmente, no discurso de nossos primeiros gramáticos, é possível flagrar uma série de fenômenos de variação que nos permitem datar, com relativa precisão, a época em que se estabeleceram certas mudanças lingüísticas.³ Por isso mesmo, parece-nos incontestável a seguinte afirmação de Révah:

1 A título de ilustração, lembramos que o falar caipira apresenta várias pronúncias que costumam ser documentadas pela grafia dos nossos gramáticos. Entre os exemplos aduzidos por I. S. Révah (1959:284), citamos as formas *ũa*, *argũa*, *ninhũa* e *lũa*. As formas modernas *uma*, *alguma*, *nenhuma* só aparecem definitivamente nos textos do século XVII.

2 Veja-se, a propósito, esta informação que se lê na Gramática de João de Barros: "O segundo, u, sérve na composiçám das dições & antigamente seruia per sy de auérbio local, como quando se dizia, u uás, u móras: do quáil iá nam usamos" (46 r). Com certeza, o mesmo advérbio de lugar que tem plena vitalidade no francês moderno.

3 Tal, por exemplo, o caso da supressão da vogal temática do infinitivo do verbo *pôr* e seus compostos, que no discurso de João de Barros se apresenta flexionado como *poremos*, *compondo* etc., a par de *poeremos*, *compoendo*, *compoer*, *poendo*, *poemos* etc. Ou a pronúncia *dixe* por *disse*, que ele registra na seguinte passagem: "Antithesis, quer dizer postura de letera húa por outra: como quando dizemos, dixе, por, disse" (35 r). Estes mesmos fenômenos e outros análogos são documentados em Fernão de Oliveira: algumas vezes, ele emprega *dixe*

Os antigos gramáticos portugueses são também os precursores dos dialetólogos modernos: freqüentemente eles nos fornecem indicações (às vezes precisas) sobre pronúncias populares ou regionais que subsistiam, em sua época, com as da *língua-padrão*.⁴

Todavia, o que ora nos motiva a leitura da obra de Fernão de Oliveira não é especificamente nenhuma dessas razões, senão que apenas o intuito de destacar o seu espírito de criatividade, num período em que só o ato de pensar na elaboração de uma gramática já teria que pressupor um sentimento de submissão e reverência ao modelo latino.

Um de nossos objetivos é, pois, o de identificar as soluções propostas para a elaboração, urgente na época, de um sistema ortográfico que assinalasse as peculiaridades do português face às demais línguas românicas e ao próprio latim. Um outro consiste em realçar algumas das idéias que nos revelam uma postura teórica bastante consistente, sobretudo no que diz respeito à estrutura fonológica e aos mecanismos de formação de palavras. Se não fazemos uma análise condizente com o que a obra merece, pelo menos rastreamos nela o que nos parece inovador e que por isso deve causar surpresa a todos os que a lêem.

2. Estrutura da obra

A obra de Fernão de Oliveira apresenta o título de *Gramática*, sem que o autor a tenha considerado como tal. Com efeito, ele a denomina apenas de *anotação*: “Esta he a primeyra anotação que Fernão de Oliueyra fez da lingua Portuguesa”⁵ (p. 13). O texto inteiro se constitui de cinqüenta breves capítulos,

em vez de *disse*, afirma que o plural de *sol* é *soles* (“fara soles e não soys” – p. 100) e, sobre a forma *poer*, dá o seguinte depoimento: “este verbo ponho pões. faz o seu infinitiuo ã .or. dizêdo .por. o qual todauia já fez poer e ainda o assi ouuim’ a alghūs velhos” (p. 104). Ele também fornece a data para a entrada de empréstimos que se introduziram em sua época, como se vê no seguinte exemplo: “E arcabuz ha sete ou oytanos pouco mais ou menos que veo ter a esta terra com seu nome dantes nunca conhecido nella” (p. 66). Registra, além disso, variantes dialetais, como as formas do singular *pã* e *cã*, em vez de *pão* e *cão*, que explicam os plurais *pães* e *cães*, “dos q̄s antigamēte era o seu singular .pã. cã. cujo testemunho aindagorada antredouraminho” (p. 99).

- 4 Mais les anciens grammairiens portugais sont aussi les précurseurs des dialectologues modernes: assez souvent ils nous fournissent des indications (parfois précises) sur des prononciations populaires ou régionales coexistant, à leur époque, avec celles de la *língua-padrão* (Révah, 1959:274).
- 5 As citações que fazemos obedecem à terceira edição (1933), feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira. O texto contém erros, mas parece bem melhor que o da segunda edição (1871), organizada pelo Visconde de Azevedo e Tito de Noronha. Além dessas edições, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* foi reproduzida em 1954 por Olmar Guterres da Silveira e, em 1975, por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

a maioria dos quais dedicados à fonética e à ortografia, alguns à lexicologia e morfologia, ficando a sintaxe ou *côstrução* com pouco mais de uma página.

Trata-se de uma série de reflexões, não raro bastante perspicazes, em que se notam repetições ou deslizes próprios de uma obra ainda incompleta. À primeira vista, não se percebe por isso um intuito de sistematização, a julgar pela própria disposição dos assuntos tratados. No início há um preâmbulo com uma definição de linguagem e certas considerações sobre a formação das línguas. Em seguida, já aparecem algumas indicações acerca do “modo de falar dos portugueses” e da formação do reino. E só depois da referência à etimologia dos nomes Lisboa, Lusitânia, Portugal, e de um resumo sobre os primeiros reinados é que existe o propósito de se definir a *gramática* e descrever os fatos lingüísticos.

Por causa dessa feição de obra inacabada, em que se flagra uma desproporção entre os assuntos estudados, com o nível fonológico privilegiado face aos morfológico e sintático, fica-se na dúvida de atribuir à obra o *status* de gramática. E daí surge a polêmica, ainda atual, de decidir entre Fernão de Oliveira e João de Barros, este último bem mais completo e organizado, qual foi realmente o primeiro gramático da língua portuguesa.

Buescu (1983:18) é de parecer que a legitimidade da designação de *Gramática*, atribuída ao levantamento sistemático dos mecanismos da língua, só pode verificar-se na obra de João de Barros. E diz que o próprio Fernão de Oliveira assim pensaria, já que expressou em várias passagens a intenção de produzir um trabalho mais amplo e ordenado.

Outros estudiosos se posicionam contra essa tese e dão a prioridade a Fernão de Oliveira. Mesmo a alegada falta de sistematização é contestada, desde que, conforme argumentou Rogério Bessa (1979/80), suas idéias não estão dispostas de forma tão caótica ou aleatória, mas obedecem a um plano de distribuição, apenas um tanto diferente do elaborado por João de Barros. E ressaltamos que a existência desse plano é confirmada no depoimento final do autor:

...como escrevi sem ter outro exemplo antes de mi, e isto muito mais escusara o defeito da ordem que tiue em meu proçeder se foy errada [...] eu confesso que o não escrevi com malicia (p.108).

De qualquer modo, mereça ou não o título de primeiro gramático português, Fernão de Oliveira produziu uma obra que supera tudo o que, em sua época, se fez em toda a România. Quem diz isso é Coseriu (1975:4), acrescentando que, através de uma clara intuição da funcionalidade lingüística e da distinção entre os esquemas funcionais e sua realização, ele antecede seu tem-

po na descrição da língua em geral e se destaca como um dos estudiosos mais originais de todo o Renascimento.

É lógico que nem tudo o que faz parte de seu texto pode ser avaliado positivamente. Assim, por exemplo, como outros gramáticos ou filólogos do passado e até do presente, Fernão de Oliveira não possui conhecimentos seguros de etimologia (diz, por exemplo: “mulher se chama porq̃ e molle e velho porq̃ vio muito” – p. 64) e suas idéias sobre a história da língua são em geral bastante ingênuas ou equivocadas.

Mas, por outro lado, são admiráveis muitas de suas reflexões baseadas na perspectiva sincrônica que adota, em especial, no campo da fonética. Sua fundamentação teórica não se resume na leitura dos gramáticos latinos, a quem escrupulosamente sempre cita. Ele também demonstra conhecer em profundidade, além de Nebrija, os ortografistas espanhóis Vanegas, Busto e Robles. Todavia, pela agudeza e minuciosidade de suas observações, supera a todos, mesmo a Nebrija, na descrição articulatória dos fonemas portugueses.

2.1. A proposta alfabética

Coube a Fernão de Oliveira, como não poderia deixar de ser, a tarefa de tentar estabelecer um sistema ortográfico para o português, num período marcado por hesitações que tornavam a escrita um verdadeiro caos. É que, ao lado do propósito de se respeitar a origem latina da língua, percebia-se a existência de traços especiais da fonologia portuguesa, que requeriam um tratamento diferenciado. Como conciliar o princípio etimológico com tantas divergências de ordem fonética foi, por conseguinte, um problema de proporções talvez somente agora imagináveis. E, diante disso, as propostas de solução, por mais coerentes que fossem, não puderam ser a princípio aplicadas com rigor, nem mesmo pelos seus próprios autores.

Assim, a teoria ortográfica desenvolvida por Fernão de Oliveira não se harmoniza com a prática por ele seguida. Ao preconizar que se adote uma grafia regular e simples [“mas sigamos hũa çerta regra d’ escrever / e a mais fácil” (p. 32)], esbarra em sérios obstáculos e ele próprio parece ser o primeiro a não obedecer ao princípio que formulou.

Sob esse aspecto, Rolando Morel Pinto (1962) censura no texto de Fernão de Oliveira a ocorrência das mesmas palavras grafadas de modo diverso, com um emprego das maiúsculas verdadeiramente caótico. Critica também a pontuação adotada, em que os sinais parecem estar dispostos de forma arbitrária, inclusive uma barra oblíqua que de vez em quando aparece, sem uma função específica. Comentário análogo é feito por Ludmila Freeman (1965),

para quem a proposta de Fernão de Oliveira, apesar de moderna pelo intuito de simplicidade e adequação da escrita aos fonemas portugueses, jamais foi executada coerentemente, nem sequer por ele mesmo. E Aníbal F. Henriques (1933), em estudo apêndicular à terceira edição da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, faz um levantamento das principais incoerências gráficas, entre elas o uso do *j* pelo *g* ou do *y* pelo *i*, o problema das geminadas e do *h* etimológico, além do mau emprego dos sinais de pontuação.

Queremos logo ressaltar que esse distanciamento entre a teoria e a prática deve ter alguma justificativa, desde que não ocorreu apenas em Fernão de Oliveira. João de Barros, de forma análoga, estabelece regras que não cumpre. Tal, por exemplo, a da utilização do *ç* antes de qualquer vogal ou a proposta de eliminação da letra *q*. Os símbolos criados para a grafia das vogais freqüentemente são esquecidos e o emprego dos sinais de pontuação também não deixa de ser bastante confuso.

Tais deslizes são tão flagrantes que podem ser percebidos por qualquer leitor. Entretanto, cremos que não se deve ser tão severo, realçando-se apenas o lado ilógico ou absurdo que deixam transparecer, uma vez que podem ter sido motivados por fatores nem sempre esclarecidos, entre os quais deficiências da própria época, que não merecem todas ser atribuíveis ao autor. É comum, a esse propósito, que os pioneiros de nossa sistematização ortográfica tenham explicitamente feito concessões ao uso, admitindo múltiplas grafias para um único vocábulo. E tais concessões persistiram por muito tempo. No estudo que realizamos sobre a *Ortografia* de Álvaro Ferreira de Véra, de 1631 (Monteiro, 1995), pudemos constatar esse mesmo fenômeno.

Por outro lado, é preciso ter em mente que a imprensa era novidade e, por isso, contava com enormes dificuldades operacionais. É fácil admitir que as tipografias da época não estavam bem aparelhadas para reproduzir com fidelidade o que seria a verdadeira intenção dos autores. Ainda em 1671, Franco Barreto se queixava ao leitor de sua obra, *Ortografia da Lingua Portuguesa*, da falta de caracteres na oficina impressora, razão pela qual em seu livro algumas palavras que deveriam ter sido escritas com *u* foram compostas com a letra *V*. E Antônio Balle, na carta de apresentação ao *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney (1746:14), carta dirigida aos Padres da Companhia de Jesus, dá o mesmo depoimento:

Os que imprimiram o primeiro tomo não tinham U vogal, maiúsculo pequeno, e assim serviram-se deste U para vogal e destoutro V para consoante.

É de se pensar também que os tipógrafos deviam opor certas resistências à introdução de símbolos que contrariassem o uso. Nesse sentido, Teyssier

(1966), ao enumerar exaustivamente as oscilações nos textos de João de Barros, não culpabiliza exclusivamente o autor mas responsabiliza em grande parte a resistência do tipógrafo em aderir a novos critérios. Isto justificaria o fato de estar a vogal anterior aberta [ɛ] representada no princípio da *Cartinha* por *ae*, páginas adiante por *e* com um *c* subscrito (símbolo preferido pelo autor) e nas *Décadas* já aparecer representada por um simples *e*, sem qualquer notação de abertura.

Finalmente, cumpre não esquecer que a falta de revisões criteriosas sempre tem sido um dos maiores responsáveis pelos erros mais imprevisíveis, aliás como acontece ainda hoje. Todos esses fatores, aliados a outros que não conseguimos imaginar, podem servir de elementos para explicar por que tantas e tamanhas incoerências aparecem nos textos de todos os ortografistas portugueses, justamente naqueles textos em que se estabeleciam os princípios ou regras de escrever de forma precisa e onde, portanto, não deveria haver lapsos de grafia.

Feitas essas ressalvas, queremos destacar resumidamente os pontos básicos que definem o sistema de representação gráfica proposto por Fernão de Oliveira. O alfabeto por ele enunciado contém trinta e quatro letras, incluindo nesse rol os dígrafos *ch*, *lh*, *nh*, *rr* e *ss*, introduzindo os símbolos α , ε , ω e y , e expurgando o *k*. Como, porém, ele considera o *h* um simples “sinal de aspiração” e o til um sinal de abreviação, termina dizendo que são trinta e duas as letras do alfabeto português. Adiante, parece também rejeitar a letra *q*, empregando uma argumentação bastante lúcida:

...nos da nossa lingua sentimos isto que estas syllabas .ca e coa e co e cu. bem podẽ escusar essa letra .q. como cadeyra. coando começo cuberto: e tambẽ estoutras. ce e ci. como ceixume e cina: se não q̃ aos vulgares sera trabalhoso (p. 43).

É que Fernão de Oliveira não perdia de vista o princípio da simplificação ortográfica, não querendo admitir que um fonema fosse representado de duas ou mais maneiras diferentes ou que um único símbolo pudesse valer para fonemas distintos. Os grafemas deveriam ter o mesmo número dos fonemas: “hão de ser tantos como as pronũciações” (p. 25). Assim, ele não via nenhum problema em que a letra *c* simbolizasse o /k/, antes de qualquer vogal: *ca*, *ce*, *ci*, *co*, *cu*. Por que, antes de *e* ou *i*, usar o dígrafo *qu*?

A solução de utilizar a letra *c* em vez do *k* ou do dígrafo *qu*, segundo o próprio autor, foi inspirada em Quintiliano. Mas a aversão ao dígrafo *qu* foi sentida também por Varrão, Prisciano e Isidoro. E Nebrija, em sua obra *Reglas de Orthographia en la Lengua Castellana*, retomou a discussão, afirmando que *k* e *qu* não têm qualquer utilidade na língua castelhana.

A idéia inicial de Fernão de Oliveira é, pois, a de que são inúteis o *q* e o *k*, já que existe o *c*. Mas, na impossibilidade de se expurgar o *q*, propôs que pelo menos se eliminasse o dígrafo *qu*: “não se escreuesse se não assi: qeixume e qina” (p. 44). O grande obstáculo para ele é que o peso da tradição termina agindo no sentido de que as inovações, por mais lúcidas que sejam, causem dúvidas: “o costume val muito / sem o qual a escritura por ventura ficaria duuidosa” (p. 44).

Outra medida proposta em função do princípio de que a cada fonema deve corresponder um único grafema foi a do emprego do til em vez do *m* e do *n*, toda vez que estes não forem pronunciados, ou seja, quando estiverem apenas indicando a nasalidade da vogal:

...por tanto não escreueremos ensinar com .n. na primeira syllaba nem embargar cõ .m. a imitação dos latinos poys nos taes lugares antre nos não sentimos essas letras: mas nessas e outras muitas partes escreuamos til (p. 47).

Face ao sistema hoje adotado, são essas as idéias que julgamos mais discrepantes. Se agora, depois de tantos séculos, passado já o impacto que possam ter causado, fizermos uma análise bem objetiva, poderemos chegar à conclusão de que, se tivessem sido aceitas, com possíveis reparos, nossa ortografia seria bem mais coerente do que é nos dias atuais.

2.2. A descrição fonológica

As unidades fônicas do português são identificadas por Fernão de Oliveira como *letras*, de acordo com a tradição e terminologia de sua época. Mas ele distingue cuidadosamente a pura representação gráfica (*figura*, *senal*) do fone correspondente (*pronunçiação*, *força*, *virtude*). Diz ele, por exemplo:

As figuras destas letras chamão os Gregos *caracteres*: e os latinos *notas*: e nos lhe podemos chamar *sinaes*. Os quaes hão de ser tantos como as *pronunçiações* a ã os latinos chamão *elementos* (p.25).

O que de imediato surpreende é que o conceito estrutural e os critérios de reconhecimento dos fonemas já fazem parte do arcabouço teórico de Fernão de Oliveira. Ele não só leva em conta a realidade acústico-articulatória, como também se baseia na presença de traços distintivos que se associam à mudança de significado dos itens confrontados:

O proprio de cada letra entendemos a particular pronunçiação de cada hũa: e o comũ chamamos aquela parte da pronunçiação e força em que se hũa parece cõ a outra [...] e cada dia acharemos

nella mudança não somente no som da melodia: mas tãbẽ nos sinificados das vozes: porq̃ so mudar hũa letra: hũ acento ou som e mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena: ou de pequena a grande: e assi tãbem de hũa cõsoante dobrada em singela: ou ao cõtraio de singela em dobrada: faz ou desfaz muito no sinificado da lingua (p. 31-2).

Mas é na descrição articulatória de cada fonema que ele se revela extremamente metuculoso e preciso. Observemos de início como são descritas as vogais:

- a** - a sua pronũciação e cõ a boca mais aberta q̃ das outras vogaes e toda a boca igual;
- ε** - pareçe hũa boca bẽ aberta com sua lingua no meyo;
- e** - a sua voz não abre ja tãto a boca e se descobre mais os dẽtes;
- i** - pronũciasse cõ os dentes quasi fechados: e os beiços assi abertos como no .e. e a lingua apertada cõ as gẽgibas de bayxo: e o espirito lançado cõ mais impeto.
- ω** - tem a mesma pronũciação [do **o**] cõ mais força e espirito: e todauia [...] alghũ tanto mays mouimẽto na boca;
- o** - a sua pronũciação faz [...] a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redõdo;
- u** - aperta as queixadas e prega os beiços não deixando antreles mais q̃ so hũ canudo por õde sae hum som escuro o qual he a sua voz. (p. 32-33).

Como se vê, os traços que caracterizam articulatoriamente as vogais são percebidos e diferenciados, formando-se uma escala que vai desde a maior abertura da boca (na prolação do /a/) até o maior fechamento, assinalando-se de um lado o gradativo estreitamento do /e/ ao /i/ e de outro o arredondamento do /o/ ao /u/.

São identificadas então oito vogais orais. E Fernão de Oliveira observa que o português só possui cinco *figuras* para representá-las [“temos oyto vogaes na nossa lígoa mas nã temos mais de çinco figuras” (p. 28)] e, por isso, sugere novos símbolos para o alfabeto: α para o “a pequeno”; ε para “e grande” e ω para “o grande”. Portanto, uma nítida percepção da diferença entre grafema e fonema.

As denominações *grande* e *pequeno*, que serão retomadas por João de Barros, não dizem respeito à noção de quantidade, mas ao timbre. Teyssier (1966), a propósito, observou que todos os exemplos dados por Fernão de Oliveira nos mostram que as *grandes* são na realidade vogais *abertas* e as

pequenas são vogais fechadas.⁶ E isto podemos comprovar com a seguinte citação:

Temos a grãde como almada e α pequeno como αlemαnha: temos ε grande como festa e e pequeno como festo: temos ω grande como fermωsos e o pequeno como fermoso⁷ (p. 28).

Nesse ponto, Fernão de Oliveira chega a fundamentar a oposição entre os fonemas vocálicos α - a, e - ε, o - ω com o fato de que estes sons podem ocorrer no mesmo contexto fonológico, entendendo pois que não se trata de simples casos de alofonia:

E isto porq̃ nos não podemos saluar cõ os latinos dizendo q̃ a consoãte ou consoãtes e letras q̃ vão a diante fazem grande ou peq̃na a letra vogal q̃ fica: mas vemos q̃ cõ hũas mesmas letras soa hũa vogal grande as vezes e as vezes pequenas (p. 28).

Não é difícil associar esta passagem com o princípio da distribuição complementar que, séculos mais tarde, seria utilizado pelo estruturalismo para a distinção entre fonemas e alofones. Tanta consistência doutrinária e expositiva se deve antes de tudo ao fato de Fernão de Oliveira ter sempre presente o sistema lingüístico – como no caso das regras de distribuição – e ressaltar, ainda que mais ou menos intuitivamente, o caráter funcional desse sistema. Assim sendo, a técnica da comutação com base em pares mínimos, utilizada ainda hoje em dia como um dos métodos mais práticos de identificação dos fonemas, já é por ele dominada, como o faz para reconhecer o traço de nasalidade das vogais:

...não he a mesma voz vila e vilã: mas o til q̃ lhe posemos muda a calidade do .a. d'claravoz em escura e meteo mais pellos narizes (p. 41).

Mas, além de classificar as vogais portuguesas com base em critérios tão precisos, Fernão de Oliveira percebeu o caráter assilábico da semivogal /y/, às vezes denominada de consoante. E assim, embora a letra y conste de seu alfabeto, ele não a inclui na escala das vogais.

...a mi me parece ser .y. e não .i. vogal porq̃ ella não faz syllaba por si: nẽ tã pouco .j. cõsoãte na força que lhe nos demos (p. 36)

6 “Mais les exemples qu’il donne nous montrent que les “grandes” sont en réalité des voyelles *ouvertes* et les “pequenas” des voyelles *fermées*” (Teyssier, 1966:136).

7 Esta informação contradiz a hipótese de que, ainda nos fins do século XVI, o masculino plural dos adjetivos terminados pelo sufixo *-oso* fosse pronunciado com o timbre fechado, tal como no singular. Tal hipótese se baseia, conforme relata Teyssier (1966:160), numa observação de Duarte Nunes de Leão em sua *Orthographia* (1576).

É de lamentar, insistimos, que essa percepção, com a conseqüente proposta de introdução de símbolos próprios para distinguir as vogais portuguesas, o que por certo teria dado muito maior consistência ao nosso sistema ortográfico, não tenha sido aceita nem sequer compreendida por outros que interferiram nos destinos de nossa ortografia. A começar de Gândavo (1574), incapaz de perceber que o timbre constituía um traço distintivo das vogais portuguesas e que, por causa disso, erroneamente classificou-as em seis: *a, e, i, o, u, y*. A mesma incapacidade revelou a autoridade de Duarte Nunes de Leão (1576) que, referindo-se ao /e/, determinou:

He letra vogal simplez, & não de duas maneiras, como algũs cuidão, que fazem .e. pequeno [...], & .e. grande (fol. 6).

No que foi seguido por Álvaro Ferreira de Véra (1631):

...he letra simplez; & não de duas maneiras, como algũs cuidão, fazendoa hũa voz grande; & outra pequena (fol. 8).

E não foi só no esquema das vogais que Fernão de Oliveira revelou agudeza de percepção. Com relação ao sistema consonantal, muitas das descrições articulatórias por ele ensaiadas, expressas num estilo que nos parece pitoresco, são surpreendentemente exatas e aceitáveis até hoje. Ele assinala, por exemplo, a quase similaridade das consoantes homorgânicas, inferindo que são fonemas que se diferenciam por um único traço, tal como atualmente se interpreta:

...as consoantes .b. e .p. são muy semelhantes / e .c. com .g. tem muita vezinhença / e .d. com .t. f. com .v / l. com .r. singelo ç. com .z / e .s. ou .ss. j. e .x. (p. 44)

Observemos algumas oposições:

/b/ - /p/

Pronũçiasse a letra .b. antros beyços aptados lançado para fora o bafo com impeto: e quasi com baba (p. 33).

A força ou virtude do .p. e amesma q̄ a do .b. se não quetraz mays espirito (p. 34).

/k/ - /g/

.c. Pronunçiasse dobrãdo a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hũ certo lombo no meyo della diante do papo: casi chegando cõ esse lõbo da lingua o çeo da boca e empedindo o espirito: o qual per força faça apartar a lingua e faças e quebre nos beyços com impeto (p. 34).

A pronunçiação do .g. e como a do .c. cõ menos força do spirito (p. 34).

/t/ - /d/

O .t. tẽ a mesma virtude do .d. com mays espirito (p. 35).

A pronũçiação da letra .d. deita a lingua dos dentes d'çima com hũ pouco de espirito (p. 34).

/x/ - /j/

Ao .x. nos lhe chamados çis mas eu lhe chamaria antes xi porq̃ [...] pronunçiasse co as queixadas apertadas no meyo da boca / os dẽtes jũtos a lingua ancha dentro na boca e o espirito ferue na humidade da lingua (p. 35).

.j. consoante [...] a sua pñũçiação e semelhãte a do .xi. cõ menos força (p. 36).

/f/ - /v/

A pronũçiação do .f. fecha os dẽtes de çima sobre o beicho de bayxo (p. 34).

A força de .v. consoante e como a do .f. mas cõ menos espirito (p.36).

/r/ - /R/

Pronũçiasse o .r. singelo cõ a lingoa pegada nos dẽtes q̃yxaes de çima e sae o bafo tremendo na põta da lingua. Do .rr. dobrado a pronũçiação e a mesma q̃ue a do .r. singelo se não q̃ este dobrado arranha mays as gẽgibas de çima: e o singelo não treme tâto (p.35).

Anotemos mais algumas descrições:

O .s. singelo [...] q̃ndo a pronũçiamos aleuãtamos a põta da lingua pera o çeo da boca e o espirito assouia pellas ilhargas da lingua.

A pronũçiação do .z. zine antros dentes çerrados com a lingua chegada a elles: e os beyços apartados hũ do outro: e e nossa propria esta letra.

A pronũçiação do .l. lambe as gẽgibas de çima co as costas da lingua achegãdo asbordas della os dẽtes q̃ueyxays (p. 35).

Não há fonólogo moderno que não fique impressionado com tantas minúcias descritivas, num período em que a própria noção de fonema era algo quase impensável. Assim, face à agudeza das observações de Fernão de Oliveira, Coseriu (1975:11) não lhe poupa elogios, assinalando que se trata da primeira descrição articulatória sistemática e completa do sistema de consoantes de uma língua românica, descrição que não é só a melhor de sua época mas também a melhor durante longo tempo depois de seu aparecimento.

2.3. A descrição morfológica

Os gramáticos renascentistas denominavam de *etimologia* ou *analogia* o estudo da forma da palavra (*dição*), enfocando aí muito do que hoje se inscreve dentro do escopo da morfologia. O propósito básico era o de perceber a constituição ou modo como se formam os vocábulos, bem como o de constatar regularidades no sistema lingüístico.

Infelizmente, Fernão de Oliveira não dedicou a esse nível morfológico a mesma atenção dada ao fonológico. Não elaborou, como poucos anos mais tarde o fez João de Barros, uma teoria das partes do discurso, embora tenha distinguido os verbos dos nomes, entendendo os substantivos e adjetivos como espécies desses últimos, e feito alusões aos pronomes, artigos, advérbios, preposições e conjunções. E quase nenhuma atenção deu ao estudo da sintaxe, alegando que tinha uma obra já iniciada sobre o assunto. Mas, por outro lado, sua explanação sobre os processos de flexão e formação das palavras representa uma grande contribuição ao estudo sincrônico do português quinhentista.

Basta que nos detenhamos na diferenciação que, sob este aspecto, estabelece para as palavras que compõem o léxico português. De início, ele faz uma oposição entre *dições nossas* e *dições alheias*, explicando que, enquanto estas constituem os chamados empréstimos, aquelas são os vocábulos nativos. Quanto às *dições alheias*, é de ressaltar sua atitude friamente científica, ao não pregar um purismo exarcebado mas, de modo contrário, ao admitir que elas são fonte de enriquecimento do léxico e que, por isso mesmo, aos poucos devem deixar de ser *alheias* para se tornarem *dições comuns*:

...despoys pello tẽpo a diãte cõformandoas cõ nosco chamarlhemos
nossas / porq̃ desta maneira forão as q̃agora chamamos comũs
(p.68).

Ele opta, pois, pelo aportuguesamento, desde que as palavras estrangeiras já tenham sido perfeitamente adaptadas ao sistema fonológico português:

...quando vem ter antre nos tã longe de sua terra: já lhes não lembra a sua ortografia: e nos as fazemos conformar com a melodia das nossas vozes: e cõ as nossas letras lhes podemos seruir (p.30).

Ou, reforçando o mesmo princípio em outra ocasião:

...os q̃es como nossos os auemos de tratar e pronunçar e cõformar ao som da nossa melodia: e ao sentido das nossas orelhas (p. 66).

Se ainda não se transformaram em *dições comuns*, por serem muito recentes, ensina que não se deve submetê-las à ortografia portuguesa. Mas também, em vez de evitá-las, é importante usá-las, para que então possam ser devidamente aportuguesadas:

...se não qndo ainda forem tão nouas antre nos que seja neçessareo pronunçialas co a melodia de seu naçimento: mas nos trabalhemos qnto poderemos de as amãsar e cõformar co a nossa (p. 51).

Tais idéias são inovadoras até em comparação com o que pensam alguns gramáticos da atualidade. E note-se que foram expressas numa época em que havia um forte sentimento de defesa e glorificação do idioma, manifestado na maioria dos textos renascentistas, inclusive na obra de Fernão de Oliveira.

Há que ressaltar ainda que a compreensão da língua como um sistema aberto e em constante renovação não se deduz só em face da tolerância em relação aos empréstimos. Mais do que isso, Fernão de Oliveira percebe que é dentro do próprio sistema lingüístico que se encontram os processos básicos de enriquecimento do léxico e classifica-os de forma bem clara e válida ainda hoje.

Com efeito, depois de contrastar as *dições novas* (neologismos) com as *dições velhas* (arcaísmos), ele opõe às palavras primitivas (*dições primeiras*) as derivadas (*dições tiradas*) e às simples (*dições apartadas* ou *singelas*), as compostas (*dições juntas*). E acrescenta uma nova oposição que bem pode ser entendida como a concepção de um novo tipo de processo de formação vocabular, distinto da derivação e da concepção. Trata-se das *dições mudadas*, que se produzem a partir das *dições próprias*. Ou seja, Fernão de Oliveira talvez tenha concebido que um vocábulo se transforma em outro, tal como ocorre no mecanismo da chamada derivação imprópria, toda vez que sofrer alteração no significado, para designar algo novo que não tem “nome ou voz própria” (p. 81) e mantém com o vocábulo de que provém uma relação de similaridade.

Em tudo, o que se destaca mais uma vez em seu discurso é a perspectiva sincrônica que norteia sua descrição da estrutura e formação dos vocábulos. Empregando com muita freqüência a técnica da comutação, ele dá vários exemplos de segmentações impossíveis em virtude da falta de qualquer correlação semântica.

Assim, tomando a forma verbal *amaríamos*, explica que não se pode interpretá-la como um vocábulo composto de *ama* e *ríamos*, uma vez que, embora cada um desses elementos possa ser visto como *dição apartada* (*ama*, ‘nome de mulher q cria ou verbo imperativo’ e *ríamos* ‘pretérito imperfeito de rir’) facilmente se percebe que não há perfeita vinculação semântica. E, ao referir-se aos prefixos, que para ele fazem parte do processo de composição, sabe distinguir perfeitamente em que situação um segmento pode ou não ser isolado. Ensina que em *contrafazer* não há nenhum problema na separação dos componentes, porque ambos existem isoladamente. Mas nota que em *refazer* e

desfazer a situação é outra, porque os elementos *re-* e *des-*, se apartados, nada significam. E resolve o problema, dizendo que “abasta q̃ hũa q̃lquer daspartes da cõposição possa sinificar” (p. 71), solução que a nosso ver deve ser estendida para a isolabilidade de qualquer forma presa, conforme discutimos em Monteiro (1991).

Ainda com relação à técnica de separação dos prefixos, vale ressaltar que Fernão de Oliveira não costuma perder de vista a recorrência aos vocábulos a que eles se acrescentam. Desse modo, diz que em *apanhar*, *açoutar* e *abertura* a vogal inicial não constitui prefixo, ao contrário do que ocorre em *acorrer*, *aparecer* e *aconselhar*. A explicação que dá é correta, e parece-nos que ele também não considera prefixo a vogal protética que não modifica o significado conceitual da palavra, como em *(a)levantar* e *(a)baixar*. Deduzimos isto por causa da inclusão de *abastança* e *acerto* entre os exemplos que cita de vocábulos em que o segmento inicial não é interpretado como prefixo.

Outra observação digna de registro é a que demonstra que o mecanismo derivacional não se sujeita a regras tão previsíveis quanto o flexional. Ao discernir, apoiando-se em Varrão, as características de ambos os processos, mostra o caráter assistemático das regras de derivação, apontando lacunas e assimetrias na organização do léxico e quase formulando a hipótese do bloqueio, muito tempo antes de Aronoff (1976). Eis, a título de ilustração, a seguinte passagem:

...dizemos sarnoso e não sarnêto mas ao contrairo chamamos ao cheo d'sarapulhas sarapulhênto e não sarapulhoso. e de pedras dizemos pedregoso. mas d'area areêto. e de po nê poento nê pooso / mas ã outra figura e sinificação êpoado. [...] e os nomes verbaes: assi: tâbẽ são diferentes: porq̃ de ler dizemos lição: e de orar oração: mas de amar e honrrar dizem' amor e hõrra (p.87).

Em suma, Fernão de Oliveira tem uma visão estritamente descritiva, apontando o que de fato pertence ao uso da língua em sua época. Se há algumas falhas em sua exposição, não comprometem a coerência de sua análise ou, em geral, são mais aparentes do que reais. Nesse sentido, quando fala em declinações, fornece pistas mais do que suficientes para que entendamos que não está usando o termo com o mesmo valor de flexão casual que tinha para os gramáticos latinos. Da categoria de caso em português ele sabe muito bem que só existem vestígios: “temos casos em tres pronomes: os quaes são .eu. me. mi. tu. te. ti se. si.” (p. 102).

4. Conclusão

Qualquer leitor de Fernão de Oliveira não pode deixar de admirá-lo pela criatividade e segurança doutrinária que revela ao interpretar os fatos do português quinhentista. Tal segurança sem dúvida advém de um longo e paciente trabalho de leitura atenta das fontes em que se baseou. Só para se ter uma idéia de quantas ele consultou, enumeramos alguns autores latinos que aparecem citados: Catão, Catulo, Cícero, Diomedes, Marciano Capela, Plínio (o Velho), Probo, Quintiliano, Salústio, Suetônio, Varrão e Vitrúvio. E há outros tantos gregos, bem como o testemunho de vários portugueses, inclusive João de Barros. E há naturalmente Antônio de Nebrija, em quem muito se inspirou mas o superou.

José Pedro Machado (1945:55 s), no longo estudo preliminar que escreveu para a quarta edição das *Origens da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, considera Fernão de Oliveira um dos mais importantes filólogos renascentistas. O mesmo julgamento é o de Silveira Bueno (1958:245) e Olmar Guterres da Silveira (1954). Por seu turno, Leonor Buescu (1983:15) destaca-lhe o espírito de rebeldia, em ter rompido com o conservadorismo doutrinário que imperou desde a tradição clássica greco-latina. E Coseriu (1975) faz-lhe uma louvação completa, afirmando que não há em toda a Renascença um gramático que possa superá-lo, tal a agudeza de suas observações e a solidez de suas teorizações.

Talvez seja o caso de lembrarmos agora que a lingüística experimentou um grande avanço com a descoberta de Pânini. E a obra de Fernão de Oliveira quase nos dá a convicção de que certos problemas que angustiam os lingüistas do presente poderiam ter uma luz mediante a leitura dos gramáticos do passado. Que eles, sim, sentiram a nossa língua quase no instante de sua formação.

Referências bibliográficas

- ARONOFF, Mark (1976). *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachussets, MIT.
- BARRETO, Ioam Franco (1671). *Ortografia da Lingva Portuguesa*. Lisboa, Officina de Ioam da Costa. 279 p.
- BARROS, João de (1540). *Gramática da Língua Portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. 482 p.

- BESSA, J. Rogério F. (1979/80). "A formação de palavras na visão dos gramáticos portugueses do século XVI". *Revista de Letras*. Fortaleza, 2/3 (2/1): 32-58.
- BUENO, F. da Silveira (1958). *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- BUESCU, M. Leonor Carvalhão (1983). *Babel ou A Ruptura do Signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 363 p.
- COSERIU, Eugenio (1975) Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira. *The History of Linguistics*. Lisse/ Netherlands, Peter de Ridder Press. 26 p.
- FREEMAN, Ludmila Cermak (1965). *A History of Portuguese Orthography since 1500*. University of Pennsylvania. 123 p. (Tese de Doutorado)
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1574). *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Orthographia da Lingua Portuguesa*; com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua. Ed. prep. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Officina de Antonio Gonsalvez., 1981. XX + 72 p.
- HART Jr., Thomas (1955). "Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation". *Word*, France, 11(3):404-15.
- (1959). "The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation". Separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, 1:261-72.
- HENRIQUES, Aníbal Ferreira (1933). "Breves notas sobre Fernão de Oliveira e a sua Gramática". In: OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. 3ª ed. prep. por Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa, José Fernandes Jr., pp. 113-42.
- LIÃO, Duarte Nunes do (1576). *Orthographia da Lingoa Portvgvesa*. Lisboa, João de Barreira impressor. 78 fol.
- (1606). *Origem da Lingua Portuguesa*. 4ª ed. prep. por José Pedro Machado Craesbeeck. Lisboa, Pedro de Azevedo, 1945. 363 p.
- LOURO, Estanco (s/d). *Gramáticos Portugueses do Século XVI*: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão. Lisboa, Ressurgimento. 31 p.
- MONTEIRO, José Lemos (1989). "Dialetolegia e diacronia". *Revista de Letras*. Fortaleza, 14 (1/2): 183-203.

- (1991). *Morfologia Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo, Pontes, 1991. 220 p.
- (1995). “A Ortografia de Álvaro Ferreira de Vera”. *Letras*. Campinas, 14 (1/2) : 186-208.
- NAGEL, Rolf von (1969). “Die Orthographieregeln das Pêro de Magalhães de Gândavo”. In: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Herausgegeben von Hans Flasche, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, 9:110-35.
- NEBRIJA, Antonio de (1492). *Gramatica Castellana*. Texto establecido sobre a edição *princeps*, introd. e notas de Pascual Galindo Romeo e Luis Ortiz Muñoz. Madrid, Ed. de la Junta del Centenario, 1946. 303 p.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Grammatica da Linguagem Portuguesa*. 2ª ed. publ. por diligências e trabalho do Visconde D’Azevedo e Tito de Noronha. Porto, Imprensa Portuguesa, 1871. 120 p + VIII.
- (1536). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. 3ª ed. prep. por Rodrigo de Sá Nogueira, seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques. Lisboa, José Fernandes Jr., 1933. 142 p.
- (1936). A “*Grammatica*” de Fernão D’Oliveyra. Texto reprod. da 1ª. ed. por Olmar Guterres da Silveira. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II - Tese de Concurso, 1954.
- (1936). A *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introd., leit. atual. e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975. 145 p.
- PINTO, Rolando Morel (1962). “Gramáticos Portugueses do Renascimento”. Separata da *Revista de Portugal*. Lisboa, 27:286-303.
- REVAH, I. S. (1958a). “João de Barros”. *Revista do Livro*. Rio de Janeiro, p. 61-71.
- (1958b). “L’évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours”. *Anais (do) Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional; MEC. pp. 387-402.
- (1959). “Comment et jusqu’à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e - XVII^e siècles”. Separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, 1:273-91.
- TEYSSIER, Paul (1966). “La prononciation des voyelles portugaises au XVI^{ème} siècle d’après le système orthographique de João de Barros”. *Annali* –

Atti del Secondo Convegno Italiano di Studi Filologici e Storici Portoghesi e Brasiliani. Napoli, Instituto Universitario Orientale, 8(1):127-97.

VÉRA, Álvaro Ferreira de (1631). *Orthographia ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa*. Lisboa, Mathias Rodriguez. 48 fol.

VERNEY, Luís Antônio (1746). *Verdadeiro Método de Estudar*. Ed. org. por Antônio Salgado Jr. Lisboa, Sá da Costa, 1949, v. I. 278 p.
